



# ILPES

DE PLANIFICACION  
ECONOMICA Y SOCIAL

## PROGRAMA DE CAPACITACION

Documento AE-14

A REPARTICAO DA RENDA, DE DECADA EM DECADA ✱

Paul Singer

✱ El presente documento que se reproduce para uso exclusivo de los participantes de cursos del Programa de Capacitación, se ha tomado de Cadernos PUC-Nº7, Economía. Mayo de 1981, S. Paulo, Brasil.





## A REPARTIÇÃO DA RENDA, DE DÉCADA EM DÉCADA

---

Paul Singer

### 1. A REPARTIÇÃO DA RENDA E A PROBLEMÁTICA SOCIAL

O chamado "problema social" decorre do contraste entre riqueza e pobreza, entre a afluência de uns e a carência de outros. Esse problema existe tanto em países desenvolvidos como em não-desenvolvidos. A diferença é que nos primeiros o número de afluentes é grande e a pobreza atinge apenas uma minoria, embora numerosa, enquanto nos últimos são poucos os privilegiados, estando a maioria em precárias condições de vida. E é essa, sem dúvida, a situação do Brasil: enquanto uma minoria dispõe de recursos para desperdiçar em bens de ostentação e serviços de luxo, a grande maioria carece de nutrição, moradia, saúde e educação em nível adequado.

Qualquer pessoa que viva em nossas cidades ou percorra nosso interior *sabe* que isso é assim mesmo. Mas a observação individual não permite perceber qual é a extensão da pobreza, nem se o desenvolvimento econômico que temos logrado diminuiu ou aumentou o número e a proporção dos que não conseguem sequer satisfazer suas necessidades básicas. Para se ter uma idéia a respeito disso, é preciso coletar dados e processá-los cuidadosamente, gerando os chamados *indicadores sociais*. No Brasil, IBGE divulgou há pouco um volume: *Indicadores Sociais — Tabelas Seleccionadas 1979*, a partir dos censos demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), permitindo avaliar a evolução das condições de vida da população brasileira nos anos setenta (até 1976).

Uma visão geral desses dados dá a impressão de que uma taxa de escolarização da população de 7 a 24 anos subiu de 48,9% para 50,1%, entre 1970 e 1976, embora a da população de 7 a 9 anos tivesse caído, neste período, de 65,3% para 57,6%; a proporção de domicílios com mais de uma pessoa por cômodo (inclusive cozinha e banheiro) caiu de 44,5% em 1970 para 39,4% em

1976, e a proporção de domicílios abastecidos de água com canalização interna aumentou de 34,7% em 1970 para 49,8% em 1976. A dificuldade com esse tipo de dados é que eles são fragmentários, informando apenas sobre um ou outro aspecto do padrão de vida da população e sobretudo não respondem à pergunta: dado o grande aumento da produção e portanto da renda no país, em que medida a oportunidade de eliminar as carências mais gritantes que afligem a maioria da população foi realmente aproveitada, ou seja, em que medida mais progresso poderia ter sido logrado, se uma parte desproporcionalmente grande do aumento de renda não tivesse sido apropriada pela minoria dos que desfrutam já de todos os confortos?

Para se tentar obter uma resposta a esse tipo de questão e, ao mesmo tempo, ter-se uma idéia sintética de como evolui o nível de vida das diferentes parcelas da população, é preciso examinar as transformações pelas quais passou a repartição da renda. Não que a renda seja a expressão perfeita do bem-estar do indivíduo ou família que a auferem. A renda que é medida nos inquéritos é, em geral, a quantia de dinheiro que as pessoas ganham, ao passo que muitos bens e serviços não são adquiridos mediante pagamento. É o caso, por exemplo, dos serviços públicos gratuitos (educação, saúde, policiamento), dos alimentos produzidos pelos agricultores para o seu próprio consumo, da remuneração auferida sob a forma de teto e comida, de que se beneficiam ministros de Estado, altos executivos e empregadas domésticas. A PNAD, desde 1972, tem por isso estimado também a renda não monetária, composta pelo "valor do aluguel, de outros bens e serviços, inclusive os que se referem à saúde, gastos com uniformes, alimentação, etc. e que teriam de ser realizados (se não fossem recebidos gratuitamente) por meios próprios ou por terceiros" (IBGE, PNAD, 4.º Trimestre 1972).

A questão básica é que a renda monetária é um ótimo indicador social, mesmo em relação a serviços públicos gratuitos ou subsidiados. Assim, o IBGE calculou a proporção de domicílios, em cada nível de renda, que dispunham, em 1976, de cinco condições habitacionais adequadas: água encanada, esgoto, densidade residencial de até uma pessoa por cômodo, construção durável e eletricidade. Note-se que, das cinco condições, três — água, esgoto e eletricidade — dependem de serviços públicos. Pois bem, o que se verificou foi que a proporção de domicílios que desfrutavam dessas cinco condições varia diretamente com o nível de renda: 13,6% no grupo de renda domiciliar de até 1 SM (salário mínimo; 20% no de 1 a 2 SM; 21,7% no de 2 a 3 SM; 38,8% no de 3 a 5 SM; 49,7% no de 5 a 7 SM; 58,7% no de 7 a 10 SM; e 75,9% no

de mais de 10 SM. Assim, embora nem água, nem esgoto, nem eletricidade dependam da renda, o nível de renda indica de modo bastante próximo o usufruto desses serviços. Não há nada de misterioso nisso. Sendo esses serviços bem escassos, o solo nas poucas áreas servidas fica muito valorizado, o que faz com que apenas grupos de renda elevada possam nelas morar.

Algo semelhante verifica-se em relação à escolaridade, embora o ensino de 10.º grau seja gratuito no Brasil. A proporção de crianças de 7 a 9 anos que frequenta a escola, conforme o nível de renda, é: 48,2% no grupo de até 1 SM de renda domiciliar; 69,6% no de 1 a 2 SM; 83,7% no de 2 a 3 SM; e de mais de 90% nos grupos de renda mais elevada. Está claro que muitas das famílias mais pobres não têm condições de mandar os filhos à escola, isto é, dinheiro para roupa, para a condução, para o material escolar. O que mostra, mais uma vez, que a renda é um indicador de acesso a serviços que, em princípio, parecem nada custar ao usuário.

Os dados do IBGE mostram que a renda está associada a todos os indicadores de bem-estar. Dela depende, por exemplo, a duração da vida: a esperança de vida ao nascer, no grupo de renda domiciliar de até 1 SM, é de apenas 54,8 anos; no de 1 a 2 SM é de 59,5 anos; no de 2 a 5 SM é de 64 anos; e no de mais de 5 SM é de 69,6 anos. Os que se encontram nos altos da pirâmide de rendas vivem, em média, quase 15 anos a mais do que os que estão na base. Isso ocorre, evidentemente, porque as condições de saúde dos que carecem de renda suficiente são prejudicadas pela falta de serviços de saneamento, por condições insalubres de moradia e de trabalho, por falta de nutrição adequada. A respeito deste último aspecto, o IBGE apresenta os seguintes dados, obtidos pelo ENDEF (Estudo Nacional da Despesa Familiar) de 1974:

Classe de Despesa Corrente "Per Capita" da Família (cruzeiros)	Consumo de Calorias por comensal-dia	Consumo de Proteínas por comensal-dia
<i>Região I (Rio de Janeiro)</i>		
0 - 2.260	1729	46,03
2.260 - 4.519	2060	62,64
4.520 e mais	2407	82,99
<i>Região V (Nordeste)</i>		
0 - 2.260	1813	55,57
2.260 - 4.519	2214	72,77
4.520 e mais	2390	84,32

Fica claro que níveis de nutrição e níveis de renda estão estreitamente correlacionados. Muitas famílias com menos de Cr\$ . . . . 2.260,00 de despesas — que correspondem a meio salário mínimo por pessoa ou cerca de 2,5 SM para uma família de 5 pessoas — devem padecer de subnutrição em variados graus. É interessante observar que o consumo tanto de calorias quanto de proteínas das famílias mais pobres é, em média, maior no Nordeste do que no Rio de Janeiro. Isso talvez se explique pelo fato de que em áreas mais adiantadas, onde a maioria da população vive em metrópoles, o custo da habitação e do transporte é mais elevado, sobrando para os pobres menos dinheiro para gastar com alimentação. É pelo menos o que os dados do ENDEF de 1974 indicam. No Rio, as famílias com despesas globais de até Cr\$ 9.000,00 (2 SM) dedicavam cerca de 50% de seus gastos correntes à alimentação e cerca de 33% à habitação e transporte, ao passo que no Nordeste famílias nessa mesma faixa de despesas globais (o que equivale dizer, de renda) dedicavam à alimentação cerca de 64% de seus gastos correntes e à habitação e transporte apenas 18 a 20% dos mesmos.

Tudo isso mostra como é vã a alegação dos que sustentam que para melhorar a situação da maioria pobre do país “não adianta” redistribuir a renda porque os pobres “não sabem” utilizar o seu dinheiro. Os que sustentam este ponto de vista preconizam a ampliação das transferências diretas ou indiretas do Estado, tais como serviços sociais, programas de alimentação, de habitação, etc. para atenuar as carências das camadas desprivilegiadas. Acontece que para ter acesso a tais serviços e programas é preciso ter um mínimo de recursos, de que os mais destituídos não dispõem. Dessa maneira, não são os mais pobres que se beneficiam das transferências, que tendem antes a alargar as desigualdades sociais. Essas só poderão ser reduzidas mediante elevação substancial do ganho monetário dos que se encontram no fundo da escala de renda.

## 2. A REPARTIÇÃO DA RENDA NOS ANOS SETENTA

A evolução da repartição da renda no Brasil pode ser examinada de dois ângulos: um, enfocando a proporção de pessoas ou famílias em cada faixa de renda; o outro, verificando que proporção da renda cabe a cada parcela da população. O primeiro ângulo permite observar como evolui o número e a proporção dos muito pobres e dos muito ricos, além dos que se encontram entre os dois extremos. O segundo mostra a participação relativa desses grupos de renda num bolo que, sem dúvida, esteve crescendo no Brasil, sobretudo na primeira metade da década dos 70.

Iniciemos o exame do primeiro ângulo, no período 1970-1976, para o qual já se dispõe de dados. Vamos estudar a evolução da renda dos domicílios, que, do ponto de vista do consumo e portanto do bem-estar, é a unidade mais significativa. No período em questão, a proporção de famílias com renda de até 1 SM caiu de 41,6% para 20,3%, com a conseqüente elevação das proporções nas demais faixas de renda: de 22,8% para 24,6% na faixa de 1 a 2 SM; de 23,5% para 29,4% na de 2 a 5 SM; de 3,7% para 14,1% na de 5 a 10 SM; e de 1,5% para 10,3% na de mais de 10 SM. Impressiona a forte diminuição da parcela de domicílios com renda de até 1 SM e o grande aumento das de 5 a 10 e de mais de 10 SM. Se fôssemos considerar somente essas faixas de renda, poderíamos ter a impressão de que cerca de um quinto dos domicílios que, em 1970, estavam no grupo de menor renda, foi transferido, em 1976, para os níveis de renda mais alta. Na verdade, esse é o resultado líquido de um complexo de mudanças em que uma proporção muito maior do que um quinto dos domicílios elevou seu nível de renda.

Se admitíssemos que 2 SM é o limite mínimo de renda domiciliar, abaixo do qual as condições de vida são intoleráveis, ou seja, abaixo do qual a reprodução da força de trabalho não é possível em condições normais, então a proporção de famílias carentes teria baixado de 64,4% em 1970 para 44,9% em 1976. É um progresso considerável, logrado em apenas meia dúzia de anos. Mesmo assim, a extensão da pobreza ainda é muito grande no Brasil, em termos relativos e absolutos. O número de famílias com renda de até 2 SM passou de 11,9 milhões em 1970 para 10,4 milhões em 1976 (inclusive os domicílios sem rendimentos).

O aumento de renda de grande parte das unidades domiciliares, no Brasil, entre 1970 e 1976, deve-se, em parte, ao crescimento, em muitas famílias, do número de pessoas que trabalham. A proporção de famílias com apenas uma pessoa na força de trabalho diminuiu de 59,9%, em 1970, para 49,8% em 1976, aumentando de 19% para 23% a de famílias com duas pessoas e de 12,7% para 17,4% a de famílias com três ou mais membros na força de trabalho. Assim, a elevação da renda correspondeu, em parte, a um aumento do volume de trabalho dispendido. Mas só em parte. Porque, comparando famílias com o mesmo número de pessoas trabalhando remuneradamente, verifica-se que a proporção com renda baixa diminuiu, entre 1970 e 1976. Entre os domicílios com uma pessoa na força de trabalho, a proporção com renda de até 2 SM caiu de 76,4% para 52,9%; entre os com duas pessoas ela baixou de 58,2% para 33,8%; e entre os com três ou mais pessoas ela passou de 51,7% para 28,1%. Dessa maneira, conclui-se que o aumento da renda

domiciliar resultou não só do crescimento do número de pessoas que exercem trabalho remunerado, mas também do nível de ganho daqueles que trabalham.

Pode parecer estranho que essa nítida diminuição da parcela de famílias com baixa renda tenha ocorrido num período em que os salários dos trabalhadores menos qualificados estiveram fortemente arrojados, em virtude de uma política que manteve congelado o valor real do salário mínimo e conteve em níveis muitas vezes abaixo do aumento do custo de vida os reajustamentos gerais de salários. Poder-se-ia supor que esse aumento de renda é artificial, devido apenas à inclusão da renda não monetária nos resultados da PNAD de 1976, já que esse tipo de renda não foi considerado no levantamento do Censo de 1970. Há aí evidentemente um viés, mas ele não chega a anular a ampla mudança na estrutura da repartição da renda, verificada entre 1970 e 1976. No total da renda domiciliar, em 1976, o rendimento não monetário representou 12,3%, ou seja, sua inclusão representou um acréscimo de 14% da renda monetária. Esse acréscimo não variou muito, segundo a ocupação principal do chefe da família, oscilando entre um mínimo de 7,5% dos que se ocupavam da produção extrativa mineral e o máximo de 14,4-14,5% dos que se ocupavam da prestação de serviços e da agropecuária. Mesmo no caso destes últimos, a inclusão da renda não monetária representou um acréscimo de apenas 17% da renda monetária. Um acréscimo desta ordem não parece suficiente para explicar a diminuição para menos da metade da proporção de domicílios com renda de até 1 SM, embora sem dúvida deva ter contribuído para ele. O PNAD de 1972 (mas não o de 1976) dá separadamente a distribuição da renda monetária e da renda global (incluindo a não monetária) das pessoas economicamente ativas. O efeito da inclusão da renda não monetária é diminuir a proporção com renda de até 1 SM de 52,1% para 49%. Não é de se crer que esse efeito, em 1976, deva ter sido maior.

Portanto, a mudança na repartição da renda, ocorrida entre 1970 e 1976, não pode ser explicada, a não ser em pequena parte, pela inclusão da renda não monetária no levantamento desse último ano. A razão básica encontra-se no grande aumento do Produto Nacional, que se verificou nesse período, do qual teria decorrido um aumento do rendimento médio domiciliar real de 114,1%. Descontando a renda não monetária, incluída apenas em 1976, esse aumento foi de 93,5%, o que dá uma elevação média anual de nada menos de 11,6%. Esse foi o resultado de um período de crescimento econômico excepcionalmente rápido, o chamado "milagre econômico", que não poderia deixar de afetar também as famílias mais pobres, embora a

concentração da renda, que desde os anos sessenta vinha ocorrendo, não fosse contida. Na verdade, as famílias mais ricas se beneficiaram do “milagre econômico” em medida maior do que as mais pobres, embora parte destas também tivesse podido melhorar sua situação. É o que a análise a partir do segundo ângulo — o da repartição da renda global — vai mostrar.

Entre 1970 e 1976, a participação na renda global do 1% de domicílios de renda mais elevada passou de 12% para 14,4%, ao passo que a das 50% de famílias de renda mais baixa passou de 13,8% para 14,1%. Em outras palavras, em 1970, a metade mais pobre das famílias brasileiras ganhava em conjunto cerca de 15% (1,8% de 12%) a mais que o 1% de famílias mais ricas; em 1976, a metade das famílias mais pobres ganhava cerca de 2% (0,3% de 14,4%) a menos que o 1% de famílias mais ricas. A renda, portanto, continuou-se concentrando a favor deste 1%, isto é, em benefício de cerca de 231 300 famílias.

Na realidade, o perfil da repartição da renda entre domicílios não mudou acentuadamente entre 1970 e 1976. O aumento da participação do 1% mais rico e dos 50% mais pobres foi inteiramente compensado pela queda da participação dos 4% imediatamente abaixo do 1% mais rico, que passou de 20,2% em 1970 para 17,5% em 1976. A concentração da renda que houve ocorreu dentro dos 5% de domicílios de maior renda (cerca de 1 150 000 famílias) a favor do seu quinto mais rico. Pode-se dizer que os restantes 22 milhões de famílias mantiveram sua participação na renda global praticamente no mesmo nível.

Seria ocioso entrar aqui em maiores detalhes. Basta assinalar que a concentração da renda a favor do 1% de domicílios mais ricos e a manutenção da participação na renda global dos 95% de domicílios restantes significa que as gritantes disparidades sociais, que sem dúvida foram acentuadas nos anos 60, em nada diminuíram nos anos 70. Para dar uma idéia dessas disparidades, é suficiente mencionar que, em cruzeiros de 1970, a renda domiciliar dos 50% de famílias mais pobres foi, em média, de 119 em 1970 e de 268 em 1976, ao passo que a dos 5% de famílias mais ricas foi de 2 778 em 1970 e de 6 078 em 1976. Tanto no começo como no fim do período, o ganho médio de uma família do grupo dos 5% mais ricos equivalia ao ganho médio de cerca de 23 famílias do grupo dos 50% mais pobres.

Estamos em condições de responder agora às perguntas formuladas no início. Em primeiro lugar, tudo leva a concluir que, nos anos 70, o desenvolvimento econômico levou a uma redução do

número de famílias de renda muito baixa, que presumivelmente não dispõem de recursos suficientes para satisfazer suas necessidades básicas. Como o número de domicílios tem crescido — entre 1970 e 1976 de 18,6 para 23,1 milhões — essa redução foi maior em termos relativos do que absolutos. Em 1976, havia ainda mais de 10 milhões de famílias com renda de até 2 SM. A persistência da pobreza em escala tão grande nos leva a responder negativamente à segunda pergunta: a oportunidade proporcionada pelo excepcional crescimento econômico, que se verificou nesse período, para eliminar as carências mais graves esteve longe de ter sido plenamente aproveitada. Afinal de contas, os 5% mais ricos dos domicílios já possuíam, no começo da década, condições de vida das mais confortáveis. Se o nível de renda real desses domicílios se tivesse mantido o mesmo — o que não implicaria nenhum sacrifício sério — a situação dos mais pobres poderia ter sido melhorada em medida muito maior.

Os efeitos de uma hipotética redistribuição de renda dessa magnitude podem ser calculados da seguinte maneira: mantida constante a renda média dos 5% mais ricos dos domicílios, ao nível de 1970 (2.778 cruzeiros de 1970), a participação dos mesmos na renda global, em 1976, seria de 14,6%, o que permitiria transferir 17,3% da renda global aos 50% mais pobres dos domicílios; a renda média desses últimos, em 1976, seria de 597 cruzeiros (de 1970), em vez de 268 como ela de fato foi. Uma redistribuição dessa ordem da renda poderia ter reduzida a zero a proporção de domicílios com renda inferior a 2 SM, sem que o padrão de vida dos 5% mais ricos tivesse sofrido qualquer diminuição.

### 3. FATORES QUE AFETARAM A REPARTIÇÃO DA RENDA

É impossível, nos limites deste artigo, tratar dos múltiplos fatores que afetaram a repartição da renda no Brasil, nos anos 70. Relacionaremos apenas alguns, de mais fácil comprovação. Obviamente, as mudanças sofridas pela repartição decorrem de fatores de concentração e de desconcentração da renda. O fato de o perfil da distribuição ter mudado relativamente pouco leva a crer que esses fatores se compensaram em grande medida.

Observemos inicialmente que o perfil da repartição da renda das *peessoas* tornou-se bem mais concentrado que o da de *domicílios*, entre 1970 e 1976. Nesse período, a participação dos 50% das *peessoas* mais pobres diminuiu de 14,9% para 13,5%, ao passo que a dos 5% das *peessoas* mais ricas aumentou de 34,1% para 37,9%. Essa piora do perfil de repartição pessoal da renda pode ser atribuída prin-

principalmente à política trabalhista posta em prática nos anos 70, que, como vimos, arrojou os salários, reprimiu (pelo menos até 1978) o direito de greve e reduziu ao mínimo as possibilidades de barganha coletiva dos trabalhadores.

Este fator de concentração da renda pessoal não se refletiu na repartição domiciliar porque deve ter sido compensado pela elevação do nível de emprego, que permitiu às famílias mais pobres aumentar o número de membros economicamente ativos, de modo a manter mais ou menos constante a sua participação na renda global. Essa hipótese é corroborada pelo fato de a proporção de domicílios de baixa renda ter diminuído muito mais do que a de pessoas. Entre 1970 e 1976, a proporção de pessoas com renda de até 2 SM caiu de 82,3% para 67%, ao passo que a de domicílios caiu de 64,4% para 44,9%. A discrepância torna-se mais clara quando se examinam os números absolutos. Nesse mesmo período, o número de pessoas com renda de até 2 SM aumentou de 21,4 para 23,2 milhões, ao passo que o número de famílias nesta faixa (excluídas as sem rendimento algum) diminuiu de 11,9 para 10,4 milhões. Parece evidente que muitos domicílios passaram a barreira dos 2 SM de renda, entre 1970 e 1976, graças ao aumento do número de seus membros com trabalho remunerado, mesmo quando a renda desses membros não ultrapassa 2 SM.

Outro fator que certamente afetou a repartição da renda no Brasil foi a urbanização de uma parcela crescente da população. Entre 1970 e 1976, a proporção de famílias na zona urbana passou de 58,8% para 67%. Como é notório, o nível de renda é menor no campo do que na cidade. Em 1970, a proporção de domicílios com renda de até 2 SM era de 49,3% nas cidades e de 86% no campo. Em 1976, essas proporções baixaram, respectivamente, para 33% e 69,5%. Como durante esse período a urbanização foi intensa, elevou-se a proporção dos domicílios com renda de até 2 SM localizados nas cidades, que passou de 45% em 1970 para 49% em 1976. Houve, portanto, uma certa "urbanização da pobreza". Ela pode ser atribuída, em parte, à expulsão de trabalhadores agrícolas do campo, que passam a morar em cidades, embora muitos continuem a trabalhar na lavoura como trabalhadores temporários (bóias-frias, volantes, etc.).

Mas, além disso, houve outros fatos que contribuíram para melhorar o nível de renda no campo. Um deles foi a mecanização da agricultura, que se intensificou durante os anos 70 e que deve ter provocado o surgimento de uma quantidade significativa de postos de trabalho qualificado, principalmente de tratorista, com níveis sala-

riais mais altos. A proporção de assalariados agrícolas com renda acima de 1 SM passou de cerca de 5% em 1970 para 32,9% em 1976.

Porém a grande maioria dos que trabalham na agricultura não são assalariados e sim pequenos produtores autônomos. Estes devem ter-se beneficiado da acentuada alta dos preços pagos aos agricultores, que superou de longe a inflação no período 1970-1976: enquanto o índice geral de preços no atacado (no conceito de Oferta Global) subia 292%, o índice de preços recebidos pelos agricultores aumentava 488%. Sem dúvida, a relação de trocas entre cidade e campo mudou a favor deste último, o que deve ter contribuído para elevar a renda domiciliar de grande parte dos agricultores.

Finalmente, um fator que tem afetado a repartição da renda é a transformação da estrutura de classes no país, como resultado de um intenso processo de industrialização, em moldes capitalistas. É verdade que, em certa medida, a estrutura de classes também é condicionada pela repartição da renda, porém a direção da causalidade é maior no sentido da estrutura de classes determinar a repartição da renda do que vice-versa. Com a industrialização, principalmente num período de auge conjuntural, como foi a primeira metade dos anos 70, as empresas se expandem e o seu número se multiplica, não só na indústria como também nas atividades primárias e terciárias, o que faz crescer o número de capitalistas e dirigentes de grandes firmas, assim como o de pequenos empreendedores e de assalariados, diminuindo o número de pessoas com empregos precários, subpagos ou que vivem de expedientes.

Num estudo baseado em dados dos censos demográficos e econômicos e da PNAD, pude fazer estimativas da evolução da estrutura de classes da população economicamente ativa do Brasil, entre 1970 e 1976. Verifiquei que a proporção da burguesia (donos e dirigentes de empresas e de serviços governamentais) deve ter aumentado de 2,1% para 3,6%, a da pequena burguesia (pequenos empregadores e produtores autônomos) deve ter crescido de 10,2% para 20,6%, a do proletariado (trabalhadores das empresas capitalistas e do governo) deve ter-se expandido de 15,3% para 28,1%, ao passo que o subproletariado (empregados domésticos, trabalhadores temporários da construção civil, da agricultura, etc.) deve ter sua proporção reduzida de 72,4% para 47,7%.

Essa mudança na estrutura de classes deve ter contribuído para concentrar a renda, não só por expandir o número de componentes da classe dominante, mas também por permitir que as empresas se apropriassem, sob a forma de lucros crescentes, de uma parcela cada

vez maior da renda, fato esse que não aparece nos levantamentos da distribuição da renda pessoal. Assim, entre 1970 e 1974, na indústria de transformação, a produtividade média cresceu 9,1% por ano, os salários do pessoal ocupado na produção cresceram 5,1% por ano e os salários do pessoal ocupado na administração cresceram 10% por ano. Esses dados, levantados pelo IBGE, levam a supor que a repartição da renda nacional se concentrou bem mais do que a da renda pessoal, durante a primeira metade da década dos 70.

#### 4. A REPARTIÇÃO DA RENDA NA PRÓXIMA DÉCADA

É difícil fazer previsões sobre como será a repartição da renda na década dos 80, pois não se dispõe ainda de dados a respeito de sua evolução no período mais recente, que difere do início dos anos 70 em pelo menos dois aspectos essenciais: Primeiro, com a liberalização política, os trabalhadores reconquistaram, ainda que precariamente, o direito de greve, passando a usar a barganha coletiva para tentar aumentar a sua participação no produto. Convém notar que os acordos salariais concluídos desde 1978 tendem a reduzir as disparidades salariais, propósito que acabou sendo incluído na última reforma da política salarial do governo. Segundo, a conjuntura inverteu-se, com o agravamento das pressões inflacionárias e do desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, o que teve por efeito notável desaceleração do ritmo de crescimento do produto.

A reinstauração da negociação direta dos reajustamentos salariais, com eventual uso da greve por parte dos trabalhadores, deve ocasionar certa redistribuição da renda, ao menos a favor das categorias mais organizadas e mais combativas. Mas as conquistas logradas por essas categorias tiveram por efeito mobilizar outros grupos, inclusive trabalhadores agrícolas e da construção civil. A não ser que ocorra algum retrocesso político, é de se esperar que essa generalização das lutas reivindicatórias prossiga nos anos 80. Além disso, a importância cada vez maior das eleições na disputa do poder político deverá permitir aos trabalhadores que recuperem direitos, como o da estabilidade no emprego, e que conquistem novos, como o da representação no âmbito da empresa — tudo isso vindo a reforçar a sua luta por uma significativa redistribuição da renda. Mesmo a formação de um ou mais partidos, que representem autenticamente os anseios das camadas mais pobres, pode ser um fator importante no mesmo sentido.

Se o prosseguimento do processo de redemocratização deverá criar melhores condições de luta pela redistribuição da renda, a pas-

sagem da conjuntura econômica para uma fase de baixa torna esta luta mais difícil. A queda no ritmo de crescimento econômico, que possivelmente se agravará nos próximos anos, implica a redução do nível de emprego e, portanto, o aumento não só do número de desempregados, mas também o dos que constituem o que chamamos de subproletariado. De forma geral, a mudança na estrutura de classes do país, que ocorreu no período de auge conjuntural, até 1976, poderá ser revertida, se o período de recessão se prolongar por vários anos. Nesse caso, o tamanho da burguesia, da pequena burguesia e do proletariado tenderia a diminuir, ao menos em termos relativos, com a conseqüente expansão do subproletariado. Se isso se der, o poder de barganha dos assalariados ficará enfraquecido, pois o temor de perder o emprego tende a solapar a disposição de luta dos trabalhadores.

A melhora das condições políticas e a piora das condições econômicas poderão combinar-se, tendo por resultado uma redistribuição de renda limitada, favorável apenas aos grupos institucionalmente capazes de tirar proveito das conquistas no plano legislativo, ao mesmo tempo em que cresce a massa de pobres que se encontra à margem da vida econômica capitalista. Essa divisão das massas populares, que a prosperidade econômica e a marginalização política tendeu a atenuar nos anos 70, poderá voltar a se acentuar na próxima década. Esse tipo de divisão, além de socialmente injusta, é politicamente perigosa, à medida que ela facilita a cooptação, pelo regime, das camadas privilegiadas da classe trabalhadora, num pacto populista renovado. Mas essa tendência não é fatal, podendo ser evitada pela organização sindical e política das amplas massas trabalhadoras. O futuro da repartição da renda dependerá, em última análise, da amplitude de mobilização que for lograda.



